

Convocação do Congresso provoca a primeira crise

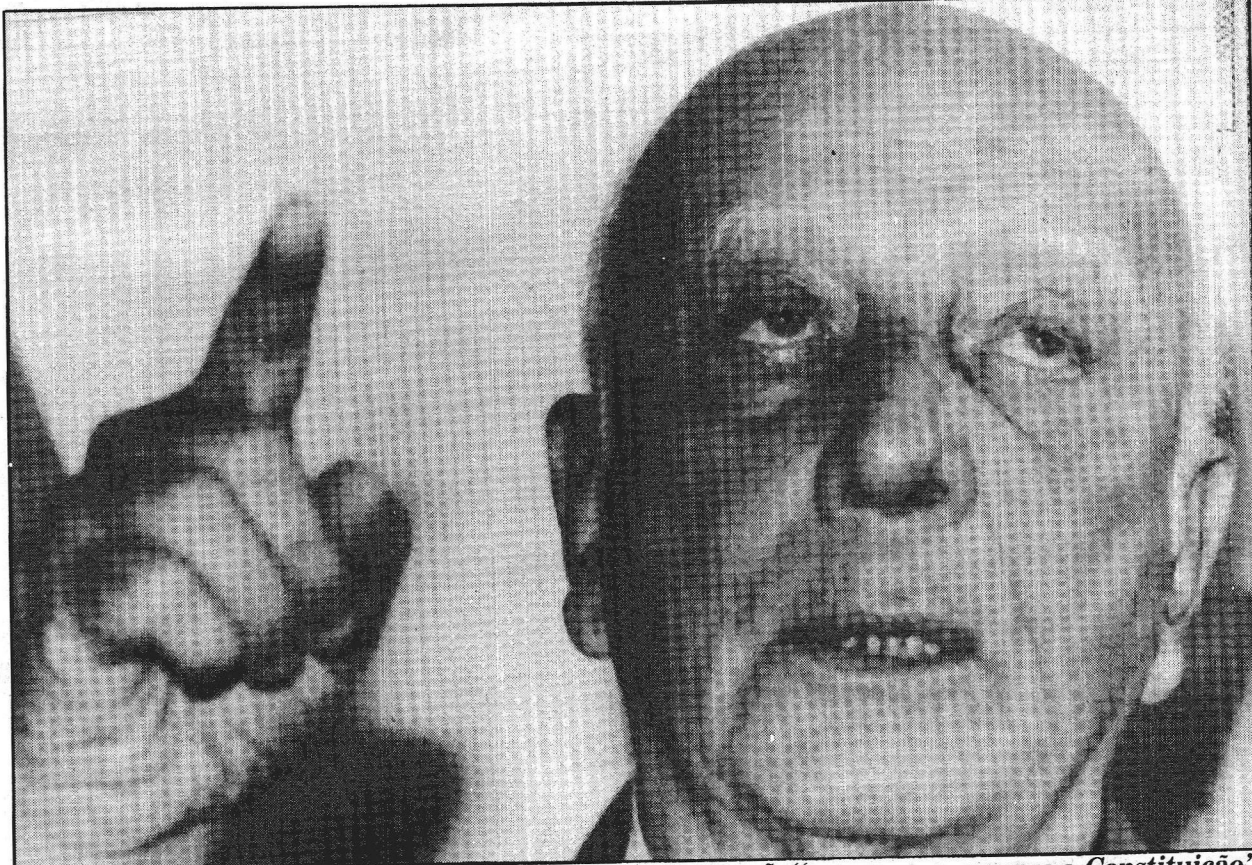
Marcondes Sampaio

A primeira crise política do futuro governo Collor está esboçada desde a noite de terça-feira, em consequência da forte reação de muitos parlamentares — entre os quais o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães — à forma como foi decidido o comparecimento do novo presidente ao plenário do Legislativo, amanhã, às 10h00, para o anúncio do seu primeiro pacote econômico. O presidente do Senado, Nelson Carneiro, atendendo a um pedido de Collor, fez a convocação do Congresso para a sessão extraordinária, sem consultas prévias às lideranças partidárias, o que gerou grande inconformismo na oposição.

Diante da situação criada, Nelson Carneiro prometeu, ontem à noite, aos líderes oposicionistas que iria se dirigir ao presidente, para expor as críticas embora estivesse disposto a manter a convocação. A reunião dos líderes com o presidente do Senado durou mais de uma hora e, na ocasião o novo líder do PDT na Câmara, Doutel de Andrade, advertiu que a realização da sessão, sem que os parlamentares pudessem se manifestar, era uma “temeridade” diante das “tensas relações” de alguns partidos — inclusive o seu — com o futuro governo. Essa tensão, segundo Doutel de Andrade, resulta, entre outras coisas, do anúncio do novo presidente — feito em Maceió — de que estaria disposto a percorrer o País para buscar apoio popular caso o Congresso recusasse suas propostas.

Em nota entregue a Nelson Carneiro, o PDT condiciona seu comparecimento à sessão de amanhã ao conhecimento prévio, com antecedência de 24 horas, do pronunciamento que o presidente fará em plenário.

A reação à presença de Collor numa sessão extraordinária do Congresso, para a exposição de propostas de governo, decorre, além do ineditismo, da falta de regulamentação do procedimento do Presidente da República e dos congressistas numa sessão dessa natureza. O temor generalizado na oposição é o de que o novo presidente aproveite



Ulysses pedirá a Nelson Carneiro que suspenda a convocação “para que se cumpra a Constituição”

a oportunidade para comprometer o Congresso com o pacote, antes mesmo da sua apreciação, mediante ampla divulgação da fala presidencial, e das imagens da sua presença no Legislativo, com a exclusão das manifestações dos congressistas. Teme-se, igualmente, que o reduzido comparecimento de parlamentares, previsível por se tratar de uma sexta-feira, venha a ser explorado com sinal de desinteresse e despreparo do Congresso para ajustar-se ao padrão dinâmico do novo governo.

Iniciada no encerramento da sessão noturna do Congresso de terça-feira, quando os líderes do PMDB no Senado, Ronan Tito, e na Câmara, Ibsen Pinheiro, protestaram contra a convocação, a reação prosseguiu na manhã de ontem, e ganhou maior corpo quando, em conversas no plenário, o presidente

do PMDB, Ulysses Guimarães, passou a expressar seu inconformismo.

Ulysses lamentou que, “mal empossado”, o presidente da República já cometa um ato de “desrespeito à Constituição”, que não prevê seu comparecimento ao Congresso nos termos pretendidos. O líder peemedebista Ibsen Pinheiro também alertava para o precedente que se abria: “Se o presidente decide comparecer, ele pode ser também alvo de uma convocação, gerando uma crise política e um problema constitucional”.

Habitualmente moderado, o candidato derrotado do PCB à presidência da República, Roberto Freire, considerou a iniciativa de Collor “inepta e inoportuna”, observando que “tribuna não é palanque”.

Hoje à tarde, depois de conheci-

da a resposta de Collor a bancada do PT na Câmara se reunirá para decidir sobre o comparecimento ou não à sessão, pois o Partido dos Trabalhadores também condiciona sua presença à sessão à possibilidade de os parlamentares poderem se manifestar.

□ A escolha do senador José Ignacio Ferreira (PSDB-ES) para a liderança do Governo no Senado foi o pretexto para o primeiro recado da Casa ao presidente Fernando Collor. Inconformados com o que consideram “quebra de ética” no relacionamento entre o Senado e o Executivo, os 64 senadores presentes não deram quorum para aprovar, em plenário, o que já estava acertado entre as lideranças: a formalização do cargo de líder do governo por meio da mudança do Regimento Interno.